

### CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO

#### EM FERIADOS NO COMÉRCIO DE RUA DAS CIDADES DE BARIRI E BORACEIA

De um lado o **SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE JAÚ/SP**, com sede localizada na Rua Cônego Anselmo Walvekens, 281, Centro, Jaú/SP, regularmente inscrito no CNPJ sob o nº 54.715.206/0001-27 e no CNES – Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, com Registro Sindical sob o nº 24000.005640/92, junto ao Ministério do Trabalho, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente Sr. Paulo Zaccheo Filho, representando os(as) funcionários(as) e,

do outro lado, o **SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE JAÚ/SP**, com sede localizada na Rua Rolando D'Ámico, 381, Vila Assis, Jaú/SP, regularmente inscrito no CNPJ sob o nº 50.759.661/0001-73 e no CNES – Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, com Registro Sindical sob o nº 002.127.02463-4, junto ao Ministério do Trabalho, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente Sr. José Roberto Pena, representando as empresas do "Comércio de Rua" da cidade de MINEIROS DO TIETÊ.

Em conformidade com o que preceitua o artigo 2º da Lei nº. 11.603, de 05 de dezembro de 2007, ora transcrita: Art. 2º A Lei no 10.101, de 2000, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos: "Art. 6º-A, alterada pelo ATO DECLARATÓRIO nº 12 de 10/08/2011 e publicada pelo D.O.U. de 09/09/2011 Seção 1 Pág. 96: É permitido o trabalho em feriados nas atividades do comércio em geral, desde que autorizado em Convenção Coletiva de Trabalho e observada a legislação municipal, nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição" (NR) e as cláusulas da Convenção Coletiva da Categoria, nesta data acordam a presente Convenção Coletiva para o Trabalho em FERIADOS no **COMÉRCIO DE RUA DAS CIDADES DE BARIRI E BORACEIA**:

As empresas, além das regras gerais contidas na Convenção Coletiva do Trabalho da Categoria, deverão atender aos requisitos e as obrigações abaixo identificadas:

- 1) As empresas pertencentes à categoria poderão laborar no dia 09/07/2016, no horário das 09h00min às 17h00min.
- 2) O(as) empregado(as) que trabalhar nos feriados receberá:
  - 2.1) Empresas enquadradas no REPIS: pagará o valor mínimo de **R\$ 27,00** (vinte e sete e um reais).
  - 2.2) Empresas não enquadradas no REPIS: pagará o valor mínimo de **R\$ 38,00** (trinta e oito reais).
  - 2.3) Caso a empresa já efetue o pagamento de indenização, ao empregado, em valor superior ao acordado nos itens acima, deverá aquele ser mantido.
- 3) Quando do trabalho no feriado ao(a) empregado(a) deverá ser concedida uma Folga em outro dia da semana ou ser Remunerado em Dobro (horas trabalhadas com o acréscimo de 100%), o que deverá constar em folha de pagamento do mês. Não existindo possibilidade da concessão da Folga, há

semana que antecede o feriado trabalhado, esta poderá ser concedida no prazo de 90 dias, sendo certo que referidas horas não poderão ser inseridas em BANCO DE HORAS.

- 4) Caso haja necessidade de realização de horas extras estas deverão obedecer aos limites previstos na Consolidação das Leis do Trabalho e serem remuneradas com o acréscimo do percentual (%) previsto na Convenção Coletiva do Trabalho da Categoria. Poderá haver compensação das horas extras realizadas nos termos da Convenção Coletiva do Trabalho da Categoria.
- 5) Quando o feriado coincidir com o Domingo, prevalecerá o Feriado.
- 6) Fica proibido o trabalho de Menores e de Gestantes, exceto se os próprios se manifestarem por escrito no sentido contrário, sendo o menor assistido por seu responsável legal, valendo referida manifestação pelo período de vigência desta Convenção Coletiva do Trabalho.
- 7) O intervalo entre jornadas de trabalhos, ou seja, de um dia para o outro, é de no mínimo 11 (onze) horas.
- 8) Ao ultrapassar o limite de 4 (quatro) horas diárias deverá haver um intervalo para descanso de 15 minutos.
- 9) Não poderá ser exigido dos empregados turno de 8 (oito) horas ininterrupto sem a concessão do intervalo para descanso de no mínimo de 1 (uma) hora.
- 10) Fica vedado transferir o(a) empregado(a) para completar sua jornada de trabalho em uma filial, que não seja para a qual foi contratado(a).
- 11) Ficam mantidas todas as cláusulas constantes da Convenção Coletiva do Trabalho entre os SINDICATOS DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE JAU/SP com o SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE JAU/SP, assim como demais normas legais vigentes.
- 12) **PARA ADESÃO AO TRABALHO NOS FERIADOS REFERENTES AO PERÍODO DE VIGÊNCIA DESTA CONVENÇÃO COLETIVA AS EMPRESAS DEVERÃO REQUERER A EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO, PARA CADA ESTABELECIMENTO INTERESSADO, ATRAVÉS DE REQUERIMENTO VIRTUAL NO SITE DO SINCOMERCIO ([www.sincomerciojau.com.br](http://www.sincomerciojau.com.br)), COM ANTECEDENCIA MINIMA DE 05 (CINCO) DIAS DO FERIADO.**
- 13) A empresa que não cumprir as regras estabelecidas nesta Convenção Coletiva do Trabalho **ESPECÍFICA** ficará sujeita a multa de 30% (trinta por cento) do piso da categoria (empregados em geral) por empregado constante da SEFIP, para cada feriado, cujo valor será entregue ao SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE JAU/SP e este reverterá em favor dos empregados constantes da SEFIP no prazo máximo de 10 (dez) dias do recebimento. *Frise-se, que além da multa, a empresa ficará sujeita as penalidades da Lei, assim como Ação de Cumprimento, perante a Justiça do Trabalho.*

- 14) A presente CONVENÇÃO COLETIVA PARA O TRABALHO EM FERIADOS terá validade fixada para o período de 17/02/2016 a 31/08/2016. Os efeitos da presente terão validade até a celebração da nova Convenção Coletiva de Trabalho para Feriados.

**DISPOSIÇÕES FINAIS:**

- 15) As empresas deverão estar atualizadas com suas obrigações perante as Entidades Sindicais signatárias da presente Convenção Coletiva.
- 16) Para eventual solução de conflito que venha a surgir e visando o aprimoramento das relações trabalhistas, acordam neste ato o seguinte: Comunicação Prévia: na hipótese de convocação de empresas em razão de denúncias sobre descumprimentos da legislação vigente ou desta Convenção Coletiva e outras Convenções Específicas assinadas, a Entidade representante do empregados se obriga a comunicar a Entidade representante da categoria econômica para que no prazo de 5 dias preste assistência e acompanhe a sua representada com a finalidade de solucionar o assunto surgido, em caso de não atendimento dentro do prazo estipulado a entidade profissional encaminhará as repartições competentes assim como a Justiça do Trabalho, para que seja sanado o conflito que não houve a possibilidade de acordo.
- 17) Fica eleito o Fórum da Justiça do Trabalho de Jau para dirimir eventuais questões oriundas desta Convenção Coletiva.

Por estarem de pleno acordo, assinam as partes, o presente instrumento em três vias de igual teor, para que surta seus efeitos legais e jurídicos.

Jau, 17 de fevereiro de 2016.



SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE JAU  
PAULO ZACCHEO FILHO  
Presidente



SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE JAU  
JOSE ROBERTO PENA  
Presidente